



## Caderno de Provas

**COM 16 – NS**

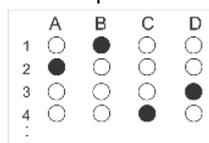
**AUXILIAR DE RECURSOS HUMANOS**

**Editais Nº. 001/2022 – Maxaranguape/RN**

**Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_**

### INSTRUÇÕES GERAIS PARA A REALIZAÇÃO DA PROVA

- Use apenas caneta esferográfica azul ou preta.
- Escreva a data, a sua assinatura e o seu número de inscrição no espaço indicado nesta capa.
- A prova terá duração máxima de 3 (três) horas, incluindo o tempo para responder a todas as questões do **Caderno de Provas** e preencher as **Folhas de Respostas**.
- Antes de retirar-se definitivamente da sala, entregue as **Folhas de Respostas** ao fiscal.
- O **Caderno de Provas** só poderá ser levado pelo candidato após decorridas 03h do início da prova.
- Este **Caderno de Provas** contém, respectivamente, 10 (dez) questões de Língua Portuguesa, 05 (cinco) questões de Lógica e 15 (quinze) questões de Conhecimentos específicos.
- Se o **Caderno de Provas** contiver alguma imperfeição gráfica que impeça a leitura, comunique isso imediatamente ao Fiscal.
- Cada questão de múltipla escolha apresenta apenas **uma** resposta correta. Para a marcação da alternativa escolhida na **Folha de Respostas**, pinte completamente o campo correspondente conforme a figura a seguir:



- Os rascunhos e as marcações feitas neste **Caderno de Provas** não serão considerados para efeito de avaliação.
- Interpretar as questões faz parte da avaliação; portanto, não é permitido solicitar esclarecimentos aos Fiscais.
- O preenchimento das **Folhas de Respostas** é de sua inteira responsabilidade.
- A quantidade de questões objetivas e respectivas pontuações desta prova estão apresentadas a seguir:

<i>Disciplina</i>	<i>Número de questões</i>	<i>Pontos</i>
Língua Portuguesa	10 questões	30 pontos
Lógica	05 questões	10 pontos
Conhecimentos específicos	15 questões	60 pontos
<b>PONTUAÇÃO TOTAL</b>		<b>100 pontos</b>

ASSINATURA DO CANDIDATO:

NÚMERO DE INSCRIÇÃO:

QUESTÕES DE MÚLTIPLA ESCOLHA – LÍNGUA PORTUGUESA

As questões de 1 a 10 referem ao texto a seguir.

TEXTO

*Quem tem medo da liberdade de expressão?*

Alexandre Cruz

Com o advento das redes sociais, debates sobre os limites da liberdade de expressão têm ganhado força na sociedade brasileira e, com a proximidade das eleições de 2022, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) entrou no baile. Sob argumento de que notícias e opiniões falsas ou desinformativas podem causar danos a grupos sociais ou até mesmo interferir no resultado final de uma eleição, aumenta-se perigosamente o apoio à formulação de uma espécie de "index prohibitorum" digital, contendo palavras e opiniões que devem ser previamente censuradas sob o risco potencial de causar danos sociais ou eleitorais.

O Youtube, por exemplo, já filtra palavras que não podem ser ditas, podendo gerar a desmonetização de um vídeo ou, no limite, a sua exclusão da plataforma. O resultado, no final, é o surgimento de uma variedade de neologismos cifrados utilizados por *youtubers* para substituir as palavras indesejadas.

A perspectiva na qual palavras, ideias e opiniões devem ser censuradas pelo seu dano presumido não é nova. Além de ser utilizada levemente por grupos para cercear opiniões divergentes sem ter o trabalho de argumentar, tende a focar mais nos possíveis prejuízos do que nos benefícios de uma amplíssima liberdade de expressão para a sociedade em geral.

Entre a independência dos Estados Unidos e o fim da 1ª Guerra Mundial, por exemplo, diversos casos contestando os limites da liberdade de expressão e de imprensa tiveram curso em tribunais estaduais e na Suprema Corte daquele país. Neste período, como aponta o historiador Michael Curtis, prevaleceu no judiciário norte-americano a chamada "Doutrina da Tendência Ruim", onde opiniões consideradas com potencial para causar eventuais danos sociais deveriam ser suprimidas.

Na esteira dessa doutrina, obras que criticavam a escravidão, por exemplo, foram censuradas em diversas cortes de estados escravagistas sob o argumento de causar danos ao direito de propriedade. Coube a jornalistas, advogados, intelectuais e ativistas contestar essa doutrina e muitas vezes promover a circulação de obras abolicionistas ilegalmente. Ou seja, enquanto setores do judiciário norte-americano impunham uma visão restritiva e racista da liberdade de expressão, coube à sociedade civil ampliar os seus limites na prática.

Ecos de uma concepção de liberdade de expressão mais ampla, de raiz popular, chegariam à Suprema Corte dos Estados Unidos apenas na década de 1920. Anos antes, Benjamin Gitlow, membro do Partido Socialista, foi processado pelo estado de Nova Iorque pelo crime de anarquia após ter publicado no periódico "The Revolutionary Age" o texto "The Left Wing Manifesto". Embora sua defesa tenha alegado que o artigo se tratava de uma análise histórica, não de uma incitação revolucionária, Gitlow foi considerado culpado pela corte estadual, tendo sua condenação confirmada pela maioria da Suprema Corte em 1925.

Porém, durante o julgamento, foi possível vislumbrar a penetração de uma concepção mais ampla da liberdade de expressão entre juízes da corte. Em um histórico voto dissidente, o juiz Oliver Wendell Holmes Jr. registraria que: "toda ideia é um incitamento. Ela se oferece para a crença e, se acreditada, é praticada a menos que outra crença a supere, ou a falta de empenho sufoque o movimento em seu nascimento. A única diferença entre a expressão de uma opinião e uma incitação, no sentido mais restrito, é o entusiasmo do orador pelo resultado".

No Brasil, também a liberdade de expressão e de imprensa foram uma conquista da sociedade civil após décadas de censura ao longo do século 20, não uma concessão da burocracia estatal. Historicamente, a ampla liberdade de expressão sempre foi um instrumento popular para fustigar o poder estabelecido em prol de mudanças sociais. Não podemos deixar que contextos políticos nublados nos façam esquecer disso. Os benefícios de uma ampla liberdade de expressão e de imprensa são maiores do que os malefícios de sua utilização para o cometimento de crimes (que devem ser punidos através do devido processo legal).

Aceitar a premissa de que uma ideia ou opinião deva ser censurada, talvez até por algoritmos, antes de alcançar o espaço público devido ao seu possível dano social ou eleitoral, sem crime determinado e comprovado, é lançar um bumerangue autoritário que mais cedo ou mais tarde voltará.

Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/>>. Acesso em: 14 set. 2022.

**01.** É objetivo principal do texto

- A) alertar sobre os malefícios do uso irrestrito da liberdade de expressão.
- B) comparar o uso da liberdade de expressão nos Estados Unidos e no Brasil.
- C) criticar o mau uso da liberdade de expressão nas redes sociais.
- D) defender a importância do uso da liberdade de expressão.

**02.** A organização textual revela a dominância da sequência

- A) argumentativa, caracterizada pela contestação de uma afirmação preexistente, que é confrontada com uma nova afirmação a ser sustentada por fatos, visando à conclusão.
- B) argumentativa, caracterizada pela existência de uma situação inicial, seguida de situações complicadoras que, após serem resolvidas, geram uma situação final.
- C) narrativa, caracterizada pela contestação de uma afirmação preexistente, que é confrontada com uma nova afirmação a ser sustentada por fatos, visando à conclusão.
- D) narrativa, caracterizada pela existência de uma situação inicial, seguida de situações complicadoras que, após serem resolvidas, geram uma situação final.

**03.** O elemento coesivo que inter-relaciona, por conexão, os **parágrafos 6 e 7** sinaliza

- A) conclusão e poderia ser substituído, sem prejuízo ao sentido, por **entretanto**.
- B) conclusão e poderia ser substituído, sem prejuízo ao sentido, por **portanto**.
- C) oposição e poderia ser substituído, sem prejuízo ao sentido, por **entretanto**.
- D) oposição e poderia ser substituído, sem prejuízo ao sentido, por **portanto**.

**04.** No **parágrafo 7**, há citação

- A) direta que se coaduna com o pensamento do autor e é caracterizada pela transcrição das palavras da fonte citada.
- B) direta que se contrapõe ao pensamento do autor e é caracterizada pela transcrição das palavras da fonte citada.
- C) indireta que se coaduna com o pensamento do autor e é caracterizada pela paráfrase do pensamento da fonte citada.
- D) indireta que se contrapõe ao pensamento do autor e é caracterizada pela paráfrase do pensamento da fonte citada.

**05. Considere o período a seguir.**

Sob argumento de que notícias e opiniões falsas ou desinformativas podem causar danos a grupos sociais ou até mesmo interferir no resultado final de uma eleição, aumenta-se perigosamente o apoio à formulação de uma espécie de "index prohibitorum" digital, contendo palavras e opiniões que devem ser previamente censuradas sob o risco potencial de causar danos sociais ou eleitorais.

Outra pontuação possível para esse período, em concordância com as orientações sintático-semânticas da língua portuguesa e preservando-se o sentido da informação, está representada em:

- A) Sob argumento de que notícias e opiniões falsas ou desinformativas podem causar danos a grupos sociais ou até mesmo interferir no resultado final de uma eleição, aumenta-se, perigosamente, o apoio à formulação de uma espécie de "index prohibitorum" digital, contendo palavras e opiniões que devem ser previamente censuradas sob o risco potencial de causar danos sociais ou eleitorais.
- B) Sob argumento de que notícias e opiniões falsas ou desinformativas podem causar danos a grupos sociais ou até mesmo interferir no resultado final de uma eleição, aumenta-se perigosamente o apoio à formulação de uma espécie de "index prohibitorum" digital, contendo palavras e opiniões, que devem ser previamente censuradas sob o risco potencial de causar danos sociais ou eleitorais.
- C) Sob argumento de que notícias e opiniões falsas ou desinformativas podem causar danos a grupos sociais ou até mesmo interferir no resultado final de uma eleição, aumenta-se perigosamente, o apoio à formulação de uma espécie de "index prohibitorum" digital, contendo palavras e opiniões, que devem ser previamente censuradas sob o risco potencial de causar danos sociais ou eleitorais.
- D) Sob argumento de que notícias e opiniões falsas ou desinformativas podem causar danos a grupos sociais ou até mesmo interferir no resultado final de uma eleição, aumenta-se, perigosamente o apoio à formulação de uma espécie de "index prohibitorum" digital, contendo palavras e opiniões que devem ser previamente censuradas sob o risco potencial de causar danos sociais ou eleitorais.

**06. Considere o trecho a seguir.**

Ou seja, **enquanto** setores do judiciário norte-americano **impunham** uma visão restritiva e racista da liberdade de expressão, **coube** à sociedade civil ampliar os seus limites na prática.

Sobre as palavras em destaque, é correto afirmar que

- A) a primeira é uma conjunção que interliga períodos; a segunda, um verbo flexionado no pretérito perfeito; e a terceira, um verbo flexionado no pretérito imperfeito.
- B) a primeira é uma conjunção que interliga orações; a segunda, um verbo flexionado no pretérito imperfeito; e a terceira, um verbo flexionado no pretérito perfeito.
- C) a primeira é uma preposição que interliga períodos; a segunda, um verbo flexionado no pretérito perfeito; e a terceira, um verbo flexionado no pretérito imperfeito.
- D) a primeira é uma preposição que interliga orações; a segunda, um verbo flexionado no pretérito imperfeito; e a terceira, um verbo flexionado no pretérito perfeito.

**07. Considere o trecho a seguir.**

Com o advento das redes sociais, debates sobre os limites da liberdade de expressão **têm** ganhado força na sociedade brasileira [...]

A forma verbal em destaque é assim grafada porque está

- A) no singular e concorda com “o advento das redes sociais”.
- B) no singular e concorda com “liberdade de expressão”.
- C) no plural e concorda com “debates”.
- D) no plural e concorda com “os limites da liberdade de expressão”.

**08. Considere o trecho a seguir.**

Historicamente, a ampla liberdade de expressão sempre foi um instrumento popular para **fustigar** o poder estabelecido em prol de mudanças sociais.

A palavra em destaque mantém relação de

- A) hiponímia com a palavra “afagar”.
- B) hiponímia com a palavra “provocar”.
- C) sinonímia com a palavra “afagar”.
- D) sinonímia com a palavra “provocar”.

**09. O gênero discursivo que apresenta propósito comunicativo e estrutura que se aproximam do texto em foco é**

- A) a crônica descritiva.
- B) a notícia.
- C) o artigo científico.
- D) o artigo de opinião.

**10. Considere os trechos a seguir.**

**A**

[...] aumenta-se perigosamente o **apoio à formulação** de uma espécie de "index prohibitorum" digital [...]

**B**

[...] **coube à sociedade civil** ampliar os seus limites na prática.

Sobre os segmentos em destaque, é correto afirmar:

- A) ambos ilustram casos de regência nominal.
- B) ambos ilustram casos de regência verbal.
- C) em **A** ilustra-se um caso de regência nominal e, em **B**, um caso de regência verbal.
- D) em **A** ilustra-se um caso de regência verbal e, em **B**, um caso de regência nominal.

**QUESTÕES DE MÚLTIPLA ESCOLHA – LÓGICA**

11. Analise as seguintes proposições:

- I. Todos os concurreseiros são inteligentes.
- II. Nenhum concurreseiro é inteligente.
- III. Algum concurreseiro não é inteligente.
- IV. Existem concurreseiros inteligentes.
- V. Não existem concurreseiros que são inteligentes.

Dadas as alternativas a seguir, a que associa corretamente uma proposição categórica com a sua negação, é:

- A) A negação da proposição I é a proposição III.
- B) A negação da proposição V é a proposição I.
- C) A negação da proposição II é a proposição IV.
- D) A negação da proposição III é a proposição V.

12. Considere que dois eventos, X e Y, são independentes. Se a probabilidade de X ocorrer é de 30% e a probabilidade de Y ocorrer é de 60%, então, a probabilidade de ocorrer  $X \cup Y$  é de:

- A) 90%.
- B) 18%.
- C) 72%.
- D) 60%.

13. Quatro amigos estão em um bar em torno de uma mesa retangular. Bento mora na cidade de Maxaranguape e os outros três moram nas cidades de Pureza, Taipu e Extremoz. Tonho não mora em Pureza e está sentado à frente de Lipe. Lipe está sentado à direita de Bento. Nino está sentado à direita do morador de Taipu. Nessas condições, conclui-se que:

- A) Nino mora em Extremoz e Tonho mora em Taipu.
- B) Lipe mora em Pureza e Tonho mora em Extremoz.
- C) Nino mora em Pureza e Tonho mora em Taipu.
- D) Lipe mora em Taipu e Tonho mora em Extremoz.

14. Observe a sequência numérica a seguir:

6	10	20	24	48	52	A	B
---	----	----	----	----	----	---	---

Mantendo-se a regra da sequência, o valor de  $A + B$  é igual a

- A) 156.
- B) 212.
- C) 160.
- D) 204.

**CONCURSO PÚBLICO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MAXARANGUAPE**  
**EDITAL Nº 001/2022 – MAXARANGUAPE/RN**

---

15. Se a casa não é vermelha, então o portão é azul. Se a casa é vermelha, então o telhado não é branco. Ora, o telhado é branco. Logo:
- A) A casa é vermelha e o portão é azul.
  - B) A casa é vermelha e o portão não é azul.
  - C) A casa não é vermelha e o portão é azul.
  - D) A casa não é vermelha e o portão não é azul.

**QUESTÕES DE MÚLTIPLA ESCOLHA – AUXILIAR DE RECURSOS HUMANOS**

16. Considerando que as pessoas são o pilar para o êxito ou fracasso nas instituições, em seus objetivos sejam públicas ou privadas, é correto afirmar:
- A) comprometimento organizacional pode ser entendido como o conjunto de sentimentos e ações da organização para com o indivíduo, podendo, doutrinariamente, ter três vertentes: apego afetivo com a organização; comprometimento instrumental ou calculativo; e comprometimento normativo: uma obrigação em permanecer na organização.
  - B) existe uma relação de mútua dependência entre pessoas e organizações, na qual há benefícios e esforços recíprocos, direitos e obrigações, em uma espécie de troca em que as pessoas entregam seus esforços, desempenhos e contribuições e as organizações, condições de trabalho e suporte organizacional, bem como remuneração.
  - C) o objetivo de um sistema de gestão de pessoas é impedir as organizações de desenvolverem competências diferenciadas e buscarem um desempenho melhor.
  - D) uma organização poderá continuar existindo independentemente das contribuições proporcionarem estímulos e motivação aos participantes, tendo em vista que as suas diretrizes brasileiras estão nas suas diretorias ou chefias.
17. Considerando a Lei 8.429/1992, que dispõe sobre as sanções aplicáveis em virtude da prática de atos de improbidade administrativa, é correto afirmar:
- A) para os efeitos desta Lei, consideram-se agente público o agente político e o servidor público, exceto aquele que exerce, transitoriamente e sem remuneração, mandato, cargo, emprego ou função nas entidades municipais, estaduais ou federais.
  - B) não estão sujeitos às sanções desta Lei os atos de improbidade praticados contra o patrimônio de entidade privada para cuja criação ou custeio o erário haja concorrido ou concorra no seu patrimônio ou receita atual, limitado o ressarcimento de prejuízos, nesse caso, à repercussão do ilícito sobre a contribuição dos cofres públicos.
  - C) os atos de improbidade violam a probidade na organização do Estado e no exercício de suas funções e a integridade do patrimônio público e social dos poderes executivo, legislativo e judiciário, bem como da administração direta e indireta, no âmbito da União, dos estados, dos municípios e do Distrito Federal.
  - D) os sócios, os cotistas, os diretores e os colaboradores de pessoa jurídica de direito privado não respondem pelo ato de improbidade que venha a ser imputado à pessoa jurídica, mesmo se, comprovadamente, houver participação e benefícios diretos, caso em que responderão nos limites da sua participação.
18. Ainda à luz da Lei 8.429/1992, se constitui ato de improbidade administrativa que causa prejuízo ao erário
- A) perceber vantagem econômica para intermediar a liberação ou aplicação de verba pública de qualquer natureza.
  - B) permitir ou facilitar a aquisição, permuta ou locação de bem ou serviço por preço superior ao de mercado.
  - C) aceitar emprego para pessoa física ou jurídica que tenha interesse suscetível de ser atingido ou amparado por ação ou omissão decorrente das atribuições do agente público, durante a atividade.
  - D) utilizar, em obra ou serviço particular, qualquer bem móvel, de propriedade ou à disposição de qualquer das entidades dos poderes executivo, legislativo e judiciário.

19. Quanto aos Modelos de Administração Pública é correto afirmar:
- A) a administração pública burocrática pensa na sociedade como um ambiente de conflito, cooperação e incerteza, no qual os cidadãos defendem seus interesses e afirmam suas posições ideológicas.
  - B) o apreço pelo conhecimento técnico e pela coletividade é aspecto valorizado no modelo gerencial. Há a separação entre o público e o privado, com um ponto em comum: a regulação pelos órgãos de controle e transparência do governo.
  - C) no modelo burocrático, os patrimônios públicos e privados se confundem.
  - D) no modelo de gestão pública atual do Brasil, o nepotismo é autorizado, em alguns casos, pelos princípios da gestão pública.
20. No contexto atual de Desenvolvimento de Pessoas, este pode ser considerado **um processo contínuo de preparação, aprendizado e aperfeiçoamento, com resultados focados no longo prazo**. Em relação a esse tema, é correto afirmar:
- A) o Ciclo de um Treinamento pelo gestor de RH deve seguir as seguintes etapas: diagnóstico – desenho – relatoria – avaliação.
  - B) O Ciclo de um Treinamento pelo gestor de RH deve seguir as seguintes etapas: diagnóstico – desenho – implementação – avaliação.
  - C) no que se refere ao treinamento, os objetivos baseiam-se em critérios, define o que o servidor em treinamento deve ser capaz de realizar e não fazem parte necessária do próprio treinamento.
  - D) no que se refere ao treinamento, considerando a fase de levantamento de necessidades, podemos considerar como indicador a priori o alto número de acidentes.
21. A Lei Municipal 310/1997 instituiu o código de servidores do município de Maxaranguape, conhecido também como Regime Jurídico Único. Nesse regulamento,
- A) a seleção para preenchimento dar-se-á mediante concurso público de provas e títulos, com validade de 2 anos, prorrogável por igual período.
  - B) carreira é a série de classes, escalonadas segundo o mesmo nível de complexidade de atribuições e grau de responsabilidade.
  - C) classe é o conjunto de cargos da mesma denominação, cujos ocupantes tenham titulação, deveres, responsabilidades e salários iguais, em seus vários níveis.
  - D) os cargos são divididos em isolados – os que correspondem à profissão ou atividade com denominação própria— e de carreira, que corresponde a certa e determinada função.
22. O estágio probatório é o lapso temporal ao qual o servidor recém-empossado se adapta, tem seu desempenho avaliado e servirá de parâmetro para a sua efetivação, por meio da estabilidade. Segundo a Lei Municipal 310/1997, são requisitos para essa avaliação:
- A) aptidão, pontualidade e eficácia.
  - B) eficácia, aptidão e assiduidade.
  - C) eficiência, assiduidade e dedicação ao serviço.
  - D) idoneidade moral, dedicação ao serviço e resultados.

**CONCURSO PÚBLICO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MAXARANGUAPE**  
**EDITAL Nº 001/2022 – MAXARANGUAPE/RN**

23. No que se refere às promoções de um servidor do município de Maxaranguape, ao longo de sua carreira, é correto afirmar:
- A) as promoções serão realizadas uma vez a cada dois anos, no primeiro trimestre, a partir de 03 de janeiro a 01 de março.
  - B) as promoções serão feitas de classe para classe e de cargo para cargo, obedecidos os critérios de merecimento e antiguidade, alternadamente.
  - C) ocorrendo empate entre servidores quando a classificação se der por idade na classe, terá preferência o servidor mais idoso e o de maior tempo de serviço, sucessivamente.
  - D) o merecimento dar-se-á apurando entre outros requisitos do RJU (Regimento Jurídico Único): eficiência, dedicação ao serviço e assiduidade.
24. No âmbito do código dos servidores municipais de Maxaranguape, é correto afirmar:
- A) a reversão é o reingresso de servidor aposentado, a pedido ou de ofício, respeitada a habilitação profissional e dependerá de prova de capacidade mediante laudo médico.
  - B) o servidor ficará, em regra, em disponibilidade quando for reintegrado, se o cargo estiver extinto ou transformado em outro.
  - C) o servidor poderá ser transferido de uma carreira para outra de denominação diversa, havendo habilitação, a pedido ou no interesse da administração.
  - D) o ex-servidor poderá ser readmitido quando exonerado a pedido ou aposentado, não podendo ser contado o tempo de serviço anterior.
25. A Lei nº 12.527/2011 regulamenta o direito de acesso dos cidadãos às informações públicas, sendo aplicável aos três poderes da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios. No contexto dessa lei,
- A) considerando que a população do Município de Maxaranguape, segundo o último Censo do IBGE em 2010, é de 10.441 pessoas, a prefeitura fica dispensada da divulgação obrigatória na internet de informações de interesse coletivo ou geral.
  - B) informação pessoal é aquela submetida temporariamente à restrição de acesso público em razão de sua imprescindibilidade para a segurança da sociedade e da prefeitura de Maxaranguape.
  - C) a prefeitura de Maxaranguape poderá negar acesso à informação necessária à tutela judicial ou administrativa de direitos fundamentais.
  - D) na prefeitura de Maxaranguape, o tratamento das informações pessoais deve ser feito de forma transparente e com respeito à intimidade, vida privada, honra e imagem das pessoas, bem como às liberdades e garantias individuais. Dessa forma, poderá autorizar sua divulgação ou acesso por terceiros diante de previsão legal ou consentimento expresso da pessoa a que elas se referirem.
26. Considerando a Lei Municipal 310/1997, o Regime Jurídico Único dos Servidores Municipais de Maxaranguape, serão considerados, para efetivo exercício, afastamentos em virtude de
- A) desempenho e função legislativa federal, estadual ou municipal; e luto de até quatro dias por falecimento de cônjuge.
  - B) férias, casamento até quinze dias e licença gestante e/ou paternidade.
  - C) licença a servidor acidentado em serviço ou atacado de doença profissional ou moléstia transmissível, bem como casamento, até quatro dias.
  - D) prova de competições esportivas, quando o afastamento for autorizado pelo prefeito e/ou presidente da câmara; licença pessoal; e luto de até oito dias por falecimento de cônjuge.

**CONCURSO PÚBLICO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MAXARANGUAPE**  
**EDITAL Nº 001/2022 – MAXARANGUAPE/RN**

---

**27.** Quanto ao ingresso do servidor público municipal de Maxaranguape, é correto afirmar:

- A) a nomeação será feita em comissão, quando se tratar de cargo isolado que, em virtude da Lei, assim deva ser provido.
- B) a seleção para preenchimento dar-se-á mediante concurso público de provas e títulos, com validade de dois anos, sem possibilidade de prorrogação.
- C) o concurso deverá ser homologado pelo prefeito em cento e vinte dias a contar do encerramento das inscrições.
- D) o prazo de validade dos concursos será fixado no edital respectivo, até no máximo de quatro anos, prorrogado por igual período, conforme dispõe a legislação vigente.

**28.** No contexto do regime de trabalho do servidor público municipal de Maxaranguape, é correto afirmar:

- A) todo servidor público municipal ficará sujeito ao ponto, que é o registro no qual se verificará, semanalmente, a entrada e a saída do serviço.
- B) ao servidor público municipal será assegurada a carga horária básica semanal de quarenta horas, não cabendo ser acrescida por dissídio coletivo.
- C) os servidores públicos municipais terão suas relações de trabalho regidas pelo regime estatutário e estarão sujeitos ao regime próprio da previdência social – INSS, para o qual contribuirão com os encargos previdenciários para fins de benefícios e aposentadoria.
- D) no interesse da administração e mediante compensação pecuniária adequada, o prefeito e/ou presidente da câmara municipal poderão colocar servidores no regime de trabalho integral ou no regime de dedicação profissional exclusiva.

**29.** Quanto à elaboração de termo de referência, nas compras setoriais na administração pública, este deverá conter, entre outros,

- A) o prazo para execução do contrato, podendo ser indeterminado.
- B) o valor exato do objeto da licitação demonstrado em planilhas, de acordo com o preço de mercado.
- C) os deveres do contratado e do contratante, além das sanções previstas de forma subjetiva, a critério da administração.
- D) os procedimentos de fiscalização e gerenciamento do contrato ou da ata de registro de preços, o critério de aceitação do objeto e a relação dos documentos essenciais à verificação da qualificação técnica e econômico-financeira, se necessária.

**30.** Quanto aos Serviços Públicos entende-se que

- A) a administração pública deve prestar diretamente os serviços públicos, como educação, transporte, sendo esses serviços indelegáveis a particulares.
- B) os denominados serviços coletivos são aqueles que o Estado executa para compor sua organização, como, por exemplo, a criação de centro de pesquisa ou edição da imprensa oficial para a divulgação dos atos administrativos.
- C) os serviços públicos devem ser remunerados, devendo o ente público avaliar o poder aquisitivo do usuário, é o que se denomina princípio da eficiência.
- D) os serviços públicos não devem ser interrompidos, dada a sua natureza e relevância, não podendo parar, pois são atividades definidas pelo legislador como necessárias e essenciais, é o que se denomina princípio da continuidade.